

Texto, discurso, estilo: cenografias no (inter)discurso sobre uma guerra

(Text, discourse, style: scenographies in the (inter)discourse on a war)

Érika de Moraes

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Universidade Estadual Paulista (Unesp)

erika.moraes@faac.unesp.br

Abstract: This article analyzes the scenographies of the discourse in the drawings of Palestinian children. These drawings would have been exposed in an exhibition in the U.S., if it had not been canceled. In order to investigate the scenography, we consider the theoretical and methodological view of French Discourse Analysis. As proposed by Maingueneau, the question of the text (also the non-verbal speech) should receive a discursive treatment, with an emphasis in the connection between the discursive position of the text and the *ethos* that characterizes its style. The “circulation of what is forbidden” through the internet adds new aspects to the supposed hegemonic discourse, revealing that such texts may only make sense in relation to their own memory, to their own interdiscursivity, in polemic with Other. Data are representative for a discussion about the relation among text, discourse and style, understood as mutually constitutive.

Keywords: text; discourse; scenography; style; conflict in Palestine.

Resumo: Este artigo analisa as cenografias do discurso em desenhos de crianças palestinas, os quais teriam sido expostos em uma mostra nos EUA, caso esta não tivesse sido cancelada. Para tanto, considera o respaldo teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa. Conforme propõe Maingueneau, é dado um tratamento discursivo à questão do texto (definição que também compreende o não verbal), enfatizando a relação entre a posição discursiva do texto e o *ethos* que caracteriza seu estilo. A “circulação do proibido” pela internet acrescenta novos aspectos ao suposto discurso hegemônico, revelando que tais textos só podem fazer sentido em relação à própria *memória*, à *interdiscursividade*, em *polêmica* com seu outro Outro. Os dados se mostram representativos para uma discussão a respeito da relação entre texto, discurso e estilo, entendendo esses elementos como reciprocamente constitutivos.

Palavras-chave: texto; discurso; cenografia; estilo; conflito na Palestina.

Introdução

Ao concordarmos com os pressupostos teóricos da análise do discurso Análise do Discurso de linha francesa (AD), sabemos que os discursos derivam de interpretações possíveis ao mesmo tempo em que as constituem. Tais interpretações (e sentidos) se revelam através dos textos, ou das cenografias neles postas em circulação.

Os estudos de Maingueneau dão enfoque discursivo ao tratamento do texto, enfatizando a relação entre sua posição discursiva e, por exemplo, a seleção lexical ou sintática que utiliza. O *ethos* discursivo é marca relevante na caracterização tanto de seu sentido quanto de seu estilo, já que a doutrina é em realidade “inseparável de uma discursividade, de um modo de enunciação, de um processo de ‘incorporação’” (POSSENTI, 2010, p. 78). Da mesma forma que se pode constituir/perceber um *ethos* na publicidade (p. ex., o *ethos* milagroso de um produto para emagrecer) ou na literatura (o *ethos* de *secura* de Don Quixote ou o *ethos* de preguiça do personagem Garfield), pode-se também constituí-lo nos noticiários

sobre o mundo real, como o *ethos* da “guerra necessária” no caso do conflito na Palestina (entre árabes e judeus, porém em que os Estados Unidos (EUA) atuam como mediador). Seu sentido supostamente predefinido, no entanto, desestabiliza diante de outros discursos, como aqueles representados nos desenhos de crianças palestinas que circularam na internet após o cancelamento de uma mostra nos EUA, em 2012, a qual seria intitulada “Um olhar da criança sobre Gaza”.

O cancelamento dessa mostra foi visto como o silenciamento das vozes das crianças que vivem sob a guerra e uma tentativa de manter um discurso hegemônico. No entanto, a “circulação do proibido” pela internet acrescenta novos aspectos ao suposto discurso hegemônico, como a questão do sofrimento provocado pelos ataques a Gaza, comumente excluída do debate oficial.

Tratamos este exemplo como representativo de um funcionamento em que os discursos predominantes se constituem também pela exclusão e, ao mesmo tempo, outras vozes fazem circular outras cenografias. Essas outras formas de circulação desestabilizam o tom de “fonte autorizada” dos discursos hegemônicos. Ao olhar para o texto imagético das crianças em questão (e as posições neles implicadas), especialmente a partir das cenografias que o constituem, nossa proposta é discutir a relação entre texto, discurso e estilo, entendendo esses elementos como reciprocamente constitutivos e, simultaneamente, construtores de discursos que se gravam na memória do interdiscurso, desestabilizando os sentidos de outros.

De acordo com Maingueneau (2005b, p. 70), “a eficácia do *ethos* decorre do fato de que envolve de alguma forma a enunciação, sem ser explicitado no enunciado”. Essa não necessidade de explicitação (no enunciado) decorre do fato de que as situações de enunciação se constituem no quadro de uma “cena de enunciação”, que não se confunde com um simples quadro empírico, mas “se constrói como cenografia por meio da enunciação” (MAINGUENEAU, 2006, p. 47). Segundo essa concepção, “o discurso implica um enunciador, um coenunciador, um lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência”, sendo que a “cenografia é ao mesmo tempo dada e construída”.

Antes de tudo, o texto

Entres as questões que permeiam (e afetam) os estudos sobre texto e discurso, encontram-se fortemente as concepções a respeito de sujeito, língua, texto e (construção do) sentido; concepções estas que se definem em reciprocidade. Koch (2006) faz uma explanação sobre a interdependência dessas noções, resumidas a seguir:

A uma visão de língua como “representação do pensamento”, corresponde uma visão de sujeito psicológico, individual, dono de sua vontade, senhor absoluto de seu dizer. O texto seria um produto lógico do pensamento (representação mental) do autor, enquanto o papel do destinatário seria o de captar (passivamente) esta representação mental, as intenções psicológicas do autor. Estas concepções corresponderiam a uma ideologia liberal, segundo a qual “os sujeitos é que fazem a história” (KOCH, 2006, p. 17).

A uma visão de língua como “estrutura”/código/instrumento de comunicação, corresponderia um sujeito “assujeitado”, apenas porta-voz de uma instituição, “é um discurso anterior que fala através dele” (KOCH, 2006, p. 17). Segundo essa concepção, o

texto é produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, sendo que o conhecimento do código permite a interpretação do texto. O papel do destinatário seria, então, o de um decodificador passivo.

De acordo com uma terceira concepção, a língua deve ser vista como lugar de interação, enquanto os sujeitos são atores/construtores sociais na atualização das imagens e das representações. O texto, então, passa a ser considerado “o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos” (KOCH, 2006, p. 17). Segundo essa visão, que Koch considera mais produtiva, há lugar no texto para uma “gama de implícitos [...] somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação” (KOCH, 2006, p. 17). Assim, a compreensão é uma

[...] atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza [...] com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia) e sua reconstrução no interior do evento comunicativo. (KOCH, 2006, 17)

Ainda de acordo com Koch (2006), houve um longo caminho para se chegar à concepção de texto atualmente dominante no campo da linguística textual, porém isso não significa que as outras visões tenham sido superadas, uma vez que podem ainda predominar em outros campos de estudo. A autora propõe que, considerando a concepção de texto atual da linguística textual – segundo a qual “todo texto constitui uma proposta de sentidos múltiplos e não de um único sentido, e que todo texto é plurilinear na sua construção”, todo texto seja um “hipertexto” (KOCH, 2006, p. 61). A diferença em relação ao hipertexto eletrônico está no suporte e na forma/rapidez de acesso, isto é, na tecnologia, que permite uma diferente integração eficaz de “elementos que no texto impresso se apresentam na forma de notas, citações bibliográficas, referências, imagens, fotos etc.” (KOCH, 2006, p. 67).

Nota-se que esta terceira concepção de texto faz referência a um saber extratextual, considerando, sobretudo, sua “reconstrução no interior do evento comunicativo” (KOCH, 2006, p. 17)), ou seja, o que é supostamente extratextual faz sentido se, e somente se, considerado no interior do texto que se analisa. A partir desta última observação, e considerados alguns deslocamentos teóricos, podemos fazer dialogar essa concepção da linguística textual com a da AD, especialmente a partir dos estudos de Dominique Maingueneau, que considera o conteúdo de um texto indissociável de seu *modo de dizer*. A ênfase da AD, no entanto, recai sobre o fato de que, embora aparentemente extratextuais, os elementos a que um texto se refere fazem parte mesmo do processo de enunciação, não de um saber extradiscursivo.

Como seria sempre impossível esgotar todas as referências em um único texto (que se configuraria em uma espiral inesgotável de hipertextualidade), busca-se, no recorte do que se considera “um texto”, o equilíbrio entre a informação “dada” e a informação “nova”: “Não existem textos totalmente explícitos, o produtor de um texto necessita proceder ao ‘balanceamento’ do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, por ser recuperável via referência” (KOCH, 2006, p. 30). Com Maingueneau (2000), podemos considerar que tais referências têm relação com diversas competências: a competência enciclopédica; a competência genérica, além, é claro, da interação entre

as competências. A forma como recorremos a essas competências é fundamental para que reconstituamos o *ethos* do texto.

Pensemos na crônica *Rápido*, de Luís Fernando Veríssimo, e poderemos perceber quantas “referências” nos são solicitadas para que o texto faça sentido. Um trecho:

- Rápido
- Quer dançar?
 - Obrigada.
 - Você vem aqui sempre?
 - Venho.
 - Vamos namorar firme?
 - Bom... você tem que falar com o papai...
 - Já falei com seu pai. Agora é só marcar a data.
 - 26 de julho?
 - Certo.
 - Não esqueça as alianças...

(VERÍSSIMO, 2001, p. 139)

A crônica resume uma vida em menos de quatro páginas. Conforme o título, *Rápido*, mostra que a vida passa rapidamente e “imita” esse ritmo acelerado no tom do texto, construindo o *ethos* da rapidez: as frases são curtas; o texto é quase inteiramente redigido em forma de diálogo (exceto por um primeiro parágrafo introdutório, bem breve), bastante coloquial.

É no conjunto do texto e de suas referências – que são externas ao *texto*, porém constitutivas do processo de enunciação, portanto, integrantes do *discurso* – que o texto é uma “totalidade coerente”, no sentido de Maingueneau (2000, p. 57). Observa o autor:

Tende-se a falar de ‘texto’ quando se trata de produções verbais orais ou escritas, estruturadas de forma a perdurarem, a se repetirem a circularem longe de seu contexto original. É por isso que, no uso corrente, fala-se, de preferência, de ‘textos literários’, ‘textos jurídicos’, evitando-se chamar de ‘texto’ uma conversa. (MAINGUENEAU, 2000, p. 57)

Ele ainda ressalta que a representação tradicional de texto vem sendo modificada, o que permite considerar como texto, também, um filme, uma gravação de áudio, uma mistura de signos verbais, musicais e de imagens, etc. Dessa forma, Maingueneau (2005a, p. 147) propõe a consideração de uma *prática intersemiótica*, vinculada a uma *semântica global*, considerando como *enunciados* o material propriamente linguístico – ou seja, os textos verbais – e *texto*, qualquer tipo de manifestação, seja ela verbal (enunciado) ou visual (fotos, desenhos, ilustrações, obras de arte). Dessa forma, o autor chama a atenção para a necessidade de pensar globalmente a complexidade discursiva através de um sistema que rege todas as dimensões do discurso.

É nesse sentido que podemos chamar de textos os desenhos das crianças palestinas de que tratamos neste artigo, sendo necessário enfatizar que os textos em questão resgatam toda uma interdiscursividade que está além deles, mas, ao mesmo tempo, presente em sua materialidade através dos indícios que carrega.

Texto e discurso – uma relação complexa

Segundo Possenti (2010, p. 71), a divisão entre texto e discurso tem servido tanto para “marcar diferenças” quanto para “manter confusões”. O fato de os *corpora* da AD serem tipicamente textuais pode dar a entender que a AD “analisa textos, nada mais que isso” (POSSENTI, 2010, p. 71). Por outro lado,

As teorias (linguísticas) de texto passaram a incorporar ‘exteriores’ e deixaram de ser quase pseudogramáticas (da coesão). Assim, podem ser vistas como tratando ‘também’ da enunciação (sujeito, paráfrase, digressões), e até mesmo de posições e efeitos ideológicos. (POSSENTI, 2010, p. 71-72)

A fim de esclarecer a relação entre texto e discurso, Possenti apresenta duas propostas, a saber: (a) anotar algumas circunstâncias em que texto e discurso se cruzaram no interior de trabalhos da AD; e (b) apresentar uma versão sumária das relações entre texto e discurso propostas por Maingueneau.

Lembra o autor que o corte saussureano mudou a linguística de terreno ao instituir a ruptura de língua e fala, associada aos lugares social/particular *versus* individual. Conforme observou Pêcheux (1990 [1969], apud POSSENTI, 2010, p. 72), “nem por isso certas perguntas deixaram de ser feitas”, a exemplo de: “O que um texto significa?”.

Embora possa parecer óbvio, é relevante, conforme aponta Possenti (2010), ressaltar que Pêcheux (1990 [1969], p. 79) deixou claro que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”.

Assim, da posição de Pêcheux, Possenti extrai alguns pontos importantes:

- a) Ela demarca uma diferença entre AD e análise de texto;
- b) Exclui certa possibilidade (a de analisar um discurso como um texto) a partir de determinada definição de texto;
- c) Essa demarcação é decisiva para uma diferença, a saber: “um discurso nunca equivale a um texto”; “pode ‘haver’ mais de um discurso em um mesmo texto (por efeito do interdiscurso)”; e um discurso se materializa tipicamente em uma *dispersão de textos* (no sentido de Foucault) (POSSENTI, 2010, p. 73).

Possenti também observa:

Poder-se-ia considerar a hipótese de que, se a questão da intertextualidade já estivesse viva, se, p. ex., Derrida e Barthes, entre outros, estivessem sendo considerados, a posição de Pêcheux e a definição de texto poderiam ser diversas – o que, no entanto, não altera substancialmente as diferenças de fundo. (POSSENTI, 2010, p. 73)

A partir desses aspectos, alguns problemas se colocam (POSSENTI, 2010, p. 74):

- a) “o discurso ‘precisa’ do texto, é no texto que o discurso se delinea, mas falta um tratamento explicitamente discursivo das categorias ‘de texto’ que explicitem o que é discursivo no texto”;

- b) Uma pergunta que se poderia fazer: se a AD pode atribuir alguma especificidade ao texto (no discurso), à maneira da atribuição de uma especificidade à língua. Haveria uma “ordem própria do texto”? Uma “autonomia relativa”?

Ainda de acordo com esse autor:

Maingueneau considera a questão da ‘unidade’ textual de um ponto de vista nitidamente discursivo, exatamente porque é *a posição discursiva do sujeito que ‘determina’ a seleção lexical* (enquanto que é uma questão de texto que haja algum tipo de ligação entre uma e outra parte do texto). (POSSENTI, 2010, p. 75; grifos nossos)

E prossegue com o seguinte raciocínio: “se a AD aceitar que há uma ‘ordem própria do texto’, esse seria um dos casos, talvez exemplar, de que a superfície textual deve organizar-se segundo alguns princípios” (POSSENTI, 2010, p. 75). Ou seja, que os recursos mobilizados num texto (léxico, sintaxe) sejam uns ou outros, isso dependerá “não do ‘falante’, mas do sujeito, isto é, da Formação Discursiva FD à qual está subordinado” (POSSENTI, 2010, p. 75).

Possenti (1988) propôs uma aproximação entre discurso e estilo. Em trabalhos posteriores (cf. 2010), buscou dar certo estatuto ao que chamou de “indícios de autoria”.

O autor retoma a definição clássica de FD de Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 166), “uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um discurso, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.)”, para apontar o perigo da interpretação segundo a qual “a mesma FD pudesse materializar-se em qualquer tipo de texto e continuar sendo a mesma” (POSSENTI, 2010, p. 76). Embora isso possa ser verdadeiro, o autor considera bem provável que haja restrições.

Possenti alerta para o fato de que uma aceitação simplificada dessa posição (FD materializando-se em qualquer tipo de texto) levaria à posição segundo a qual um sujeito (enunciador) até pode produzir alguma variante subjetiva ou singular em um texto, mas jamais em um discurso: “não se imagina que certa discursividade, por um lado, possa ‘preferir’ certos tipos de textos e, eventualmente, não lance mão jamais (ou muito raramente) de outros” (POSSENTI, 2010, p. 76).

O perigo desta posição seria identificar a AD com uma variante da análise de conteúdo, pois associaria a AD aos “conteúdos” dos textos (sem chamá-los assim), não se dando conta de que a própria textualidade é gerida por categorias discursivas.

O exemplo clássico de Maingueneau é o seguinte: não se encontra manifestação do *discurso jansenista* em obra cujo estilo seja o de “conversações amenas”, já que este gênero caracterizaria o discurso adversário, o *humanista devoto*. Isso porque os discursos são regidos por uma *semântica global*. Em outras palavras, todo texto pressupõe um *ethos* discursivo, que faz parte de sua discursividade, o que produz consequências:

- A “doutrina” é, em realidade, “inseparável de uma discursividade, de um modo de enunciação, de um processo de ‘incorporação’” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 101);
- “Em princípio, não é possível dissociar a organização dos conteúdos de um discurso de sua cena de enunciação” (POSSENTI, 2010, p. 79);

— Assim como os textos remetem a certas fontes, o *ethos* apela para “cenas validadas”.

A questão do *ethos* pode ser ilustrada com alguns exemplos da literatura. Maingueneau¹ (apud POSSENTI, 2010) cita o personagem Don Quixote, o qual apresenta o *ethos* de “secura” corporal (seco de carnes, enxuto de rosto) e de hábitos (dormir pouco lhe secou o cérebro); é o homem dos enunciados longos e obscuros, dos romances de cavalaria, enquanto Sancho Pança tem o corpo gordo, preocupação constante com comida.

Podemos pensar também nas obras *Memórias do Cárcere e Angústia*, de Graciliano Ramos, que apresentam um *ethos* angustiante, sufocante, de aprisionamento. Esse tom de “angústia” está presente não apenas no conteúdo das obras, mas, ainda mais fortemente, no seu *tom*, no seu *modo de dizer*.

Da mesma forma, o personagem dos quadrinhos Garfield caracteriza-se pelo *ethos* da preguiça, apresentando-se, tanto em suas falas quanto em sua maneira de ser, como “A figura de um ator que se constitui pela não dinamicidade: deitado, não se levanta...” (DISCINI, 2009, p. 44).

Autoria e estilo

Refletindo sobre os indícios de autoria, Possenti enfatiza que “um texto não é um mero pacote para uma mensagem”, e que:

Quando se fala de leitura, especialmente na escola – os testes de avaliação o comprovam – enfoca-se basicamente o *o quê* do texto, seu conteúdo, sua suposta mensagem [...]. Ora, ler deveria ser, antes de mais nada, desmontar um texto para ver como ele se constrói, até para que se possa dizer qual a relação entre seu modo de ser construído e os efeitos de sentido que produz. (POSSENTI, 2010, p. 104)

Sobre autoria, Possenti expõe que o conceito não é uniformemente empregado nem objetivamente definido, mas é uma noção de interesse. Propõe “tornar um pouco objetiva essa noção, talvez ainda intuitiva, até para que possa ser criticada” (POSSENTI, 2010, p. 104).

Possenti retoma Foucault (2000 [1969]), para quem a noção de autor se constitui a partir de um correlato, a obra: “só há autor onde há obra que possa consistentemente ser a ele associada”, o que remete à determinada propriedade que as obras teriam, a de se caracterizarem por uma relativa unidade, enquanto é “exatamente a figura do autor que confere essa unidade a uma obra” (POSSENTI, 2010, p. 105).

Para Foucault, portanto, há uma clara distinção entre autor e escritor, sendo os autores entendidos como “fundadores de discursividades”, a exemplo de Freud e Marx, os quais se caracterizam não só por serem os autores de suas obras, mas também por terem produzido “a possibilidade e a regra de produção de outros textos” (FOUCAULT, 2000 [1969], p. 58).

Diferentemente, Possenti (2010, p. 105) propõe falar em “indícios de autoria”, no caso, por exemplo, de um escolar que, evidentemente, “nem tem uma obra nem fundou

¹ MAINGUENEAU, D. El *Ethos* y la voz de lo escrito. *Versión*, v. 6, México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, p. 79-92, out. 1996.

uma discursividade”. Vê, então, uma brecha para “introduzir no campo uma nova noção (em relação à de Foucault) de autoria”, considerando “impossível pensar na noção de autor sem considerar de alguma forma a noção de singularidade” (POSSENTI, 2010, p. 106). O objetivo é “dar alguma objetividade à noção de autoria”. Entre tais indícios, Possenti (2010, p. 108) identifica que, para que se possa dizer que um texto apresenta certa singularidade:

- “Não basta que um texto satisfaça as exigências de ordem gramatical”;
- “Não basta que um texto satisfaça as exigências de ordem textual”.

Analisando um texto de cartilha, constata que o que faz dele um “não texto” são características como falta de densidade (falta de caracterização mínima de objetos e lugares; falta de história à personagem (motivação, relação com elementos de cultura e com crenças correntes); faltam conexões entre as frases, que são excessivamente simplificadas (a coesão é burocrática); falta enciclopédia, conhecimento de mundo, memória social, outros discursos.

Através desses indícios (ou da falta deles), Possenti constata que “as verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática” (2010, p. 110).

Entre as características que conferem certa singularidade a um texto, o autor trata dos seguintes indícios: dar vozes a outros enunciadores; manter distância em relação ao próprio texto; evitar a mesmice, etc.

Afinal,

Textos que circulam – dos mais diversos gêneros – estão ancorados na história, nas relações históricas (institucionalizadas, doutrinárias); também em outras relações menos doutrinárias, mas generalizadas: pequenas práticas comunicacionais que “cultivam” discursos, naturalizando-os... (POSSENTI, 2010, p. 110)

Textos silenciados, vozes silenciadas

Em 2012, os EUA cancelaram uma mostra de desenhos de crianças palestinas que seria intitulada “Um olhar da criança sobre Gaza”. Os desenhos, porém, circularam na internet após o cancelamento, pondo em evidência “o discurso proibido”.

A análise das imagens requer a consideração da materialidade discursiva que vai além dos desenhos, ou seja, dos discursos supostamente dominantes que circulam sobre tal guerra², os quais constituem a *memória*, a rede de interdiscursividade com que esses desenhos polemizam. É dessa forma que se pode entender que os desenhos desestabilizam discursos como o da “guerra necessária” que, de certo modo, justifica o permanente estado de conflito na região. Sabe-se que, historicamente, os EUA sempre foram aliados de Israel, fato que, inclusive, desperta o sentimento antiamericano nos árabes. Apesar de a mediação dos EUA, oficialmente, incentivar um acordo entre israelenses (judeus) e palestinos (árabes), essa *memória* põe em dúvida a imparcialidade do posicionamento norte-americano.

² Oficialmente, não se trata de uma guerra, mas de um conflito, o qual, como dissemos, impõe cenários de guerra, ainda que esporádicos. No entanto, a materialidade representada nos desenhos das crianças torna desconfortável dizer que “guerra”, aqui, seja apenas um “sentido figurado”.

Sem qualquer pretensão de esmiuçar a história bastante complexa do conflito em questão, que impõe cenários de guerra, ao menos “esporadicamente”, na região da Palestina, consideramos ser necessário recorrer à *memória discursiva* para que os discursos presentes nas imagens façam sentido e, especialmente, “incomodem” o posicionamento norte-americano (daí o cancelamento da mostra). É a existência de tal memória que torna possível perceber o discurso das crianças-enunciadoras como implicativo de um posicionamento oposto ao discurso pró-Israel, dominante nos EUA.

O cancelamento da mostra foi visto como um silenciamento das vozes das crianças que vivem sob a guerra e uma tentativa de manter um discurso hegemônico. Nas palavras da diretora executiva da Aliança do Oriente Médio para a Infância (Meca), instituição promotora da mostra cancelada, Barbara Lubin, em entrevista ao site do Movimento Palestina Livre, conforme matéria do portal de Caros Amigos (2012), “os únicos ganhadores aqui são os que gastam milhões de dólares para censurar toda crítica a Israel e o silenciamento das vozes das crianças que vivem todos os dias sob o cerco militar e com a ocupação”.

No entanto, a “circulação do proibido” pela internet acrescenta novos aspectos ao suposto discurso hegemônico, como a questão do sofrimento³ provocado pelos ataques a Gaza, comumente excluída do debate oficial. Vejamos alguns exemplos:



Figura 1. Desenho de criança palestina

Na figura 1, a cenografia do ataque é bastante intensa, com vários aviões/helicópteros (provavelmente de guerra) sobrevoando, soldados armados, uma viatura de exército e pessoas (civis) caídas no chão. A cor vermelha – que simbolicamente representa o sangue, a dor – está presente nas janelas dos prédios e também em manchas no chão (representando literalmente o sangue). Predominam cores mais escuras: o cinza das fumaças exaladas pelas aeronaves, o tom escuro dos prédios.

³ Embora nosso trabalho não vá entrar no mérito psicológico da questão, é sabido que crianças costumam representar seu sofrimento em desenhos. Um documentário apresentado em 2010 na Espanha, *Los monstruos de mi casa* (Os monstros de minha casa), revelou que crianças vítimas de abusos físicos e emocionais por seus pais ou cuidadores retratavam essa realidade em imagens durante o tratamento psicológico. (Fonte: <<http://www.coisademaie.com/2013/09/criancas-vitimas-de-abusos-fisicos-e-emocionais-retratam-a-dor-em-desenhos>>. Acesso em: 26 set. 2013).



Figura 2. Desenho de criança palestina

A Figura 2 dialoga discursivamente com a Figura 1, representando, na paisagem, elementos de guerra: aeronaves, um tanque, prédios destruídos, soldados armados, árvores caídas. Em meio a isso, um menino acena uma bandeira da Palestina, de certo modo, destoando do restante do cenário; porém, uma vez que faz parte desse cenário, está a ele integrado, há uma bomba em sua direção, advinda do helicóptero. O lugar em que a criança se encontra (que, simbolicamente, equivale ao lugar enunciativo da criança autora do desenho) é o de um ser comum, civil, desarmado, situado no cerne do conflito, levantando sua bandeira (em pedido de paz e, ao mesmo tempo, como símbolo de identidade). Os tons escuros e terrosos predominam no desenho, representando a paisagem empoeirada de guerra.



Figura 3. Desenho de criança palestina

A Figura 3 representa o conflito de uma forma mais simbólica, com a bandeira palestina sendo pisoteada pela bandeira de Israel. Uma vez que a bandeira palestina corresponde à identidade da criança-enunciadora, pode-se dizer que essa criança expressa a sensação de ser pisoteada pelo adversário. A bandeira de Israel é, no desenho da criança

palestina, uma marca de heterogeneidade mostrada⁴ do discurso do outro, inserida de acordo com o ponto de vista da criança (FD palestina), portanto, em relação de polêmica com a FD pró-Israel. Afinal, a polêmica constitutiva – articulada com a interincompreensão – não vem do exterior: “o discurso segundo se constitui contra o discurso primeiro” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 111).

Já a Figura 4, a seguir, dialoga de forma mais literal com as figuras 1 e 2, enfatizando, novamente, os tons escuros e terrosos, além do vermelho-sangue. Integrados à paisagem de terror, estão uma mulher e uma criança. O míssil claramente é representado pelas bandeiras de Israel e dos Estados Unidos, que se encontram integradas.



Figura 4. Desenho de criança palestina

A Figura 5 também dialoga com as outras de forma mais figurativa (assim como a Figura 3) e mostra um outro lado da integração do cenário de guerra à realidade dos civis: o do sofrimento provocado pela sensação de aprisionamento. Os tons são predominantemente terrosos; a criança – uma menina –, encontra-se atrás de grades e triste, o que é representado pelas lágrimas. Seu sofrimento também é representado pelo curativo, que pode simbolizar tanto a ferida física quanto psicológica.

⁴ Para Authier-Revuz (1982), as marcas de heterogeneidade mostrada – processos de constituição do sujeito, que inscrevem o outro na sequência do discurso – mostram uma espécie de “negociação” com a heterogeneidade constitutiva.



Figura 5. Desenho de criança palestina

Tratamos esses exemplos como representativos de um funcionamento em que os discursos predominantes se constituem também pela exclusão e, ao mesmo tempo, outras vozes fazem circular outras cenografias. Essas outras formas de circulação desestabilizam o tom de “fonte autorizada” dos discursos hegemônicos. Olhar para os desenhos dessas crianças (e as posições neles implicadas), especialmente a partir das cenografias que os constituem, permite compreendê-los como “texto” no sentido de Maingueneau, para quem a prática discursiva é compreendida como intersemiótica, sendo tão importante considerar os *modos de dizer* quanto o conteúdo do dizer, visto que o *ethos* do texto (seu tom) se constitui na interseção desses aspectos. Para o autor, “o que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis” (MAINGUENEAU, 1997, p. 46), não havendo hierarquia entre o “conteúdo” e o modo de dizer, uma vez que a eficácia de um discurso (mensurada por sua capacidade de suscitar a crença) está diretamente ligada ao *ethos* que ele constrói e, ao mesmo tempo, sustenta.

Dessa forma, percebe-se que a autoria das crianças-enunciadoras se constitui no fato de que, de certa maneira, e tendo como contraponto uma certa *memória*, elas singularizam um discurso sobre a guerra o qual polemiza com outro(s) presente(s) na memória interdiscursiva, pondo em evidência o traço do sofrimento.

É na interdiscursividade que a memória é retomada e, embora vinda de um lugar exterior, deixa marcas no interior do discurso que permitem resgatá-la. Conforme Achard (1999 [1983]), é “a estruturação do discursivo [que] vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (p. 11), o que implica que “a memória composta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (p. 17). A memória discursiva, para Pêcheux, “deve ser entendida [...] não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (1999 [1983], p. 50). Este autor ainda acrescenta que:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999 [1983], p. 52)

É ainda fundamental constatar que a memória não pode

[...] ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÉCHEUX, 1999 [1983], p. 56)

A discussão acerca da retomada de discursos anteriores está atrelada, portanto, à memória discursiva e à concepção fundamental de interdiscurso, noções que se inter-relacionam. É com base nessas noções que podemos pensar no necessário resgate à memória, a fim de compreender tanto o sentido dos desenhos, quanto a razão do cancelamento da mostra.

Da mesma forma, a noção de *polêmica* é constitutiva do discurso, pois ela exerce um papel que, segundo Maingueneau, está longe de ser secundário na produção da superfície discursiva. Ao considerar o espaço discursivo como “rede de interação semântica”, Maingueneau percebe que esse espaço:

[...] define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de ‘não compreender’ o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. (2005a, p. 103)

Maingueneau (2005a, p. 103) esclarece que “cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco”. Diante desse funcionamento, o discurso garante (constitui e preserva) sua identidade em uma relação na qual “não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 103).

Essa relação polêmica de não entendimento recíproco é levada às últimas consequências no (des)encontro discursivo entre israelenses e palestinos. No posicionamento israelense, o discurso da criança palestina é, provavelmente, compreendido menos como expressão de sofrimento do que como difamação do inimigo. Da mesma forma, para tentar manter o equilíbrio da análise, é preciso dizer que, do ponto de vista palestino, “o inimigo” (Israel e, por extensão, os EUA) é provavelmente entendido como o único responsável pelos desentendimentos. Devido à dissimetria entre as FDs, “cada formação discursiva tem uma maneira própria de interpretar seu Outro” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 108). Por essa razão, a interpretação do discurso do outro é sempre polêmica e atravessada pelo simulacro, sendo, a rigor, a manifestação do ponto de vista do outro inaceitável para a FD oposta – daí o cancelamento da mostra.

Da parte dos EUA, há uma tentativa de manter um discurso hegemônico, que se materializa por meio do recorte e do silenciamento de textos, já que a voz das crianças palestinas é calada por uma medida institucional do sistema de gestão de entidades da cultura nos EUA.

A internet, por sua vez, faz circular as imagens proibidas de entrar no museu norte-americano. A “circulação do proibido” confere novos sentidos ao discurso sobre esta guerra, alimentando o debate sobre o funcionamento da potência EUA; sobre o modo

como institui inimigos políticos, por exemplo. Em particular, o discurso sobre o sofrimento provocado pelos ataques a Gaza vem à tona através da circulação de textos proibidos.

Considerações finais

A análise do *corpus* apresentado – cujas possibilidades não se esgotam neste artigo, dada a riqueza do material – corrobora o fato de que é enquanto *discurso* que um texto faz sentido. É necessário recorrer à *memória*, ao *interdiscurso*, para entender quais efeitos de sentido polemizam. A rigor, os discursos são polêmicos porque “a ameaça é recíproca”. Do ponto de vista discursivo, “se o fato estrutural que explica a polêmica é constitutivo, é inútil procurar saber quem ataca e quem se defende” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 113).

E é no trabalho com a memória que podem emergir certas singularidades que revelam o estilo do autor dos desenhos – no caso, as crianças enunciativas – afinal, como vimos, os textos estão ancorados na história. O estilo se dá a partir dos indícios de autoria, relacionados ao modo como os enunciadores fazem articular determinados elementos do discurso sobre uma guerra, que se contrapõem, via polêmica, a elementos do discurso dominante, pelo menos em um certo lugar institucional, que corresponde aqui ao posicionamento dos EUA.

A autoria das crianças se constitui no fato de colocarem em foco um discurso silenciado quando se pretende justificar a necessidade (ou naturalidade) de uma guerra. Na produção dessas crianças, o sofrimento do cidadão civil, em especial das crianças, é o centro da questão, não um mero acessório, posição que é legítima do ponto de vista enunciativo que ocupam, porém incômoda de um ponto de vista oposto. Segundo a matéria que divulgou o cancelamento da mostra, os EUA cederam a pressões de organizações pró-Israel ao cancelar esta exposição. De qualquer maneira, ceder a essas pressões revela a posição dominante que ocupam os EUA nessa questão.

Percebe-se que os recursos mobilizados pelas crianças autoras dos desenhos são uns, e não outros, por ocuparem uma determinada posição, e não outra, no conflito. Ou seja, conforme enfatizou Possenti (2010, p. 75), não é do “falante” (ou do desenhista...) que depende o estilo, mas do sujeito, da FD com a qual está vinculado, processo que é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, conforme situa a AD. Corrobora-se, portanto, que a superfície textual organiza-se “segundo alguns princípios”, o que não exclui a possibilidade de (doses de) singularidade.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Editora Pontes, 1999 [1983]. p. 11-17.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. (Org.) *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Campinas (SP): IEL/Unicamp, v. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990, [1982].

- DISCINI, N. *O estilo nos textos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 344 p.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 4. ed. Lisboa: Veja, 2000 [1969]. 44 p.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 168 p.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997. 198 p.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000. 238 p.
- _____. *Gêneses do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005a. 189 p.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação, in: AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso – a construção do Ethos*. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 69-92.
- _____. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006. 181 p.
- MUSEU nos EUA cancela mostra com desenhos de crianças palestinas. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2369-museu-nos-eua-cancela-mostra-com-desenhos-de-criancas-palestinas>>. Acesso em: 17 jan. 2012.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1990. p. 61-161.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. 316 p.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999 [1983]. p. 49-57.
- POSSENTI, S. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010. 183 p.
- _____. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 218 p.
- VERÍSSIMO, L. F. Rápido. In: *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 139-142.